

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	12

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	23
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	26

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	792
Preferenciais	1.572
Total	2.364
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	31/12/2011	Ordinária		0,02996
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	31/12/2011	Preferencial		0,03296

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	144.130	135.036
1.01	Ativo Circulante	12.797	98.890
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23	45
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	84.034
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	84.034
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	84.034
1.01.03	Contas a Receber	12.774	14.808
1.01.03.01	Clientes	10.471	10.615
1.01.03.01.01	Impostos a Compensar	9.951	9.773
1.01.03.01.02	Créditos Tributários	520	842
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.303	4.193
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	3
1.02	Ativo Não Circulante	131.333	36.146
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	131.333	35.945
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	128.830	35.945
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	121.242	0
1.02.01.01.03	Aplicações no Mercado Aberto	7.588	0
1.02.01.03	Contas a Receber	2.203	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.203	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	300	0
1.02.01.06.02	Créditos Tributários	300	0
1.02.02	Investimentos	0	201

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	144.130	135.036
2.01	Passivo Circulante	2.334	2.465
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	236
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	236
2.01.05	Outras Obrigações	193	45
2.01.06	Provisões	2.141	2.184
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.141	2.184
2.02	Passivo Não Circulante	2.203	0
2.02.04	Provisões	2.203	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.203	0
2.03	Patrimônio Líquido	139.593	132.571
2.03.01	Capital Social Realizado	67.000	67.000
2.03.02	Reservas de Capital	182	182
2.03.04	Reservas de Lucros	72.411	65.389
2.03.04.01	Reserva Legal	9.596	9.245
2.03.04.02	Reserva Estatutária	62.815	56.144

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-82	-420	-63	-240
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-69	-371	-59	-250
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	27
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13	-49	-4	-17
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-82	-420	-63	-240
3.06	Resultado Financeiro	3.996	11.085	3.261	8.413
3.06.01	Receitas Financeiras	3.996	11.085	3.261	8.413
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.914	10.665	3.198	8.173
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.371	-3.643	-1.082	-2.392
3.08.01	Corrente	-1.317	-3.562	-1.073	-2.352
3.08.02	Diferido	-54	-81	-9	-40
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.543	7.022	2.116	5.781
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.543	7.022	2.116	5.781
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,07575	2,97047	0,89509	2,44543
3.99.01.02	PN	1,07575	2,97047	0,89509	2,44543

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	2.543	7.022	2.116	5.781
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.543	7.022	2.116	5.781

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	35	-17
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.103	5.821
6.01.01.01	Lucro Líquido	7.022	5.781
6.01.01.02	Tributos Diferido	81	40
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.068	-5.838
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	28.357	-8.382
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Ativos Disponíveis para Venda	-37.208	811
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-322	1.011
6.01.02.04	(Redução) Aumento em Outros Passivos	2.238	722
6.01.02.05	Pagto de IR e Contribuição Social	-133	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-57	0
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-57	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-22	-17
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	45	24
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23	7

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	67.000	182	65.389	0	0	132.571
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	67.000	182	65.389	0	0	132.571
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	7.022	0	0	7.022
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.022	0	7.022
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	7.022	-7.022	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	67.000	182	72.411	0	0	139.593

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	62.000	182	62.512	0	0	124.694
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	62.000	182	62.512	0	0	124.694
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.000	0	-5.000	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000	0	-5.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	5.727	0	0	5.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.781	0	5.781
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	5.727	-5.781	0	-54
5.05.02.08	Outras Destinações	0	0	5.727	-5.727	0	0
5.05.02.09	Dividendos	0	0	0	-54	0	-54
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	67.000	182	63.239	0	0	130.421

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	11.085	8.436
7.01.02	Outras Receitas	11.085	8.436
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-405	-250
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-371	-178
7.02.04	Outros	-34	-72
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.680	8.186
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.680	8.186
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.680	8.186
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.680	8.186
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.658	2.405
7.08.02.01	Federais	3.648	2.392
7.08.02.03	Municipais	10	13
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.022	5.781
7.08.04.02	Dividendos	0	54
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.022	5.727

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A. relativas ao período de 01/01 a 30/09 de 2011 as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Investimentos Bemge S.A. apresentou ao final do período lucro líquido de R\$ 7.022 mil e patrimônio líquido de R\$ 139.593 mil. O lucro líquido por ação foi de R\$ 2,97, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 59,05. Os ativos totais atingiram R\$ 144.130 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto e em Títulos e Valores Mobiliários.

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Investimentos Bemge S.A. e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a setembro de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados a Investimentos Bemge S.A. e a controladora. A política de atuação com a Investimentos Bemge S.A. na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

São Paulo, 10 de novembro de 2011.

A Administração

Notas Explicativas
INVESTIMENTOS BEMGE S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 30 de Setembro de 2011
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos Bemge S.A. – (“INVESTIMENTOS BEMGE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição – 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, Brasil.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

As Demonstrações Contábeis elaboradas para o período findo em 30 de setembro de 2011 foram aprovadas pela Diretoria em 10 de novembro de 2011.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos do IFRSs e vice-versa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da INVESTIMENTOS BEMGE e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

a) Estimativas e Premissas Utilizadas pela Administração

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

b) Imposto de Renda e contribuição social diferido

Conforme explicado na Nota 3.1(d), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

Notas Explicativas

Passivos contingentes

A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Passivos.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

d) Mensuração do valor recuperável

A INVESTIMENTOS BEMGE possui como prática a verificação semestral quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A INVESTIMENTOS BEMGE define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica de Disponibilidades.

b) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO (OPERAÇÕES COMPROMISSADAS)

A INVESTIMENTOS BEMGE possui operações de compra com compromisso de revenda (“compromisso de revenda”) de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Receitas Financeiras na Demonstração do Resultado.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador.

c) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Notas Explicativas

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A INVESTIMENTOS BEMGE categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento e tais títulos podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

II. Ativos financeiros, Empréstimos e Recebíveis

A INVESTIMENTOS BEMGE apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

d) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações fiscais.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os Créditos Tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os Créditos Tributários e as Obrigações Fiscais Diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Ativos e Obrigações Fiscais, respectivamente.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. Os impostos diferidos destes itens são reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas.

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Notas Explicativas

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	9,00%
PIS	1,65%
COFINS	7,60%

e) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes” e passivos contingentes são obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando a Administração da INVESTIMENTOS BEMGE entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da INVESTIMENTOS BEMGE, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões no Passivo;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e divulgados como passivos contingentes possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

f) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

g) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios não inferior a 1% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo somente quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu Capital Próprio.

Os Juros sobre o Capital Próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas

h) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido, atribuído aos controladores da INVESTIMENTOS BEMGE, pelo número de ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação é apresentado com base nas ações emitidas pela INVESTIMENTOS BEMGE. As ações ordinárias têm direito a um dividendo mínimo anual, enquanto que as ações preferenciais tem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

i) APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DE RECEITA

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os juros de Títulos Disponíveis para Venda e Aplicações no Mercado Aberto, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na Demonstração do Resultado como Receitas Financeiras.

NOTA 4 – APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto no montante de R\$ 7.588 com vencimento acima de 365 dias.

NOTA 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

a) Títulos Disponíveis para Venda

A carteira é composta por Títulos Privados – Certificados Depósito Bancário, sendo o valor de custo e mercado R\$ 121.242 com vencimento acima de 365 dias.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 30/09/2011 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

c) Análise de Sensibilidade

No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da INVESTIMENTOS BEMGE, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira Trading e Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Por esta razão, não é apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

Notas Explicativas

NOTA 6 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Impostos a Compensar	30/09/2011
Imposto de Renda a Compensar	9.112
Outros	839
Total	9.951

b) Outros Ativos	30/09/2011
Depósitos em Garantia	4.283
Depósitos em Garantia de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias (Nota 7b)	2.203
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes	514
Outros Depósitos em Garantia	1.566
Outras	223
Total	4.506

NOTA 7 - PROVISÕES

a) Obrigações Fiscais	30/09/2011
Impostos e contribuições sobre Lucros a Pagar	2.083
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	2.203
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	58
Total	4.344

- b) As Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias são constituídas pelo valor integral em discussão e respectivos depósitos em garantia conforme abaixo:

Movimentação das Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	30/09/2011
Saldo Inicial	2.184
Encargos sobre Tributos	19
Saldo Final	2.203

Movimentação dos Depósitos em Garantia de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	30/09/2011
Saldo Inicial	2.184
Apropriação de Rendas	19
Saldo Final	2.203

Notas Explicativas

NOTA 8 - TRIBUTOS

Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período.

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/09/2011
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.665
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(3.626)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:	
(Inclusões) Exclusões Permanentes	29
(Inclusões) Exclusões Temporárias	35
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.562)
Referentes a Diferenças Temporárias	
Despesas de Tributos Diferidos	(81)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.643)

NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital Social** - O Capital Social está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.
- b) **Dividendos** - Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.
- c) **Reservas Integralizadas**

	30/09/2011
Reservas de Capital	182
Reservas de Lucros	72.411
Legal	9.596
Estatutárias	62.815
Equalização de Dividendos (1)	39.545
Reforço de Capital de Giro (2)	23.270
TOTAL	72.593

(1) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

(2) Reserva para Reforço do Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

Notas Explicativas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

	Ativos / (Passivos)	Receitas / (Despesas)
	30/09/2011	01/01 a 30/09/2011
Aplicações no Mercado Aberto - Itaú Unibanco S.A. ⁽¹⁾	7.588	668
Títulos e Valores Mobiliários - Itaú Unibanco S.A. ⁽²⁾	121.242	9.674
Despesas de Prestação de Serviços - Itaú Unibanco S.A.	-	(134)

(1) A Carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias.

(2) A Carteira é composta por Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria, com vencimento acima de 365 dias.

Além das operações acima discriminadas, a INVESTIMENTOS BEMGE, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Outras Despesas Administrativas R\$ 5 em função da utilização da estrutura comum.

b) **Remuneração do Pessoal-Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE foram pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTA 11 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/09/2011	
	Valor Contábil / Valor Justo Estimado	Níveis de Risco
Ativos Financeiros		
Aplicações no Mercado Aberto	7.588	Nível 1
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	121.242	Nível 2

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) **Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial se aproxima de seu valor justo.

b) **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Notas Explicativas

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

NOTA 12 – GERENCIAMENTO DE RISCO

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital e na liquidez.

A gestão de risco é considerada como instrumento essencial para a otimização do uso de recursos e a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco é o processo onde:

- São identificados e medidos os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos;
- A carteira de risco é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

Este processo permeia toda a instituição, com total envolvimento da alta administração, que por meio de comissões, define os objetivos globais que são mensurados sob a forma de metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle, por sua vez, apóiam a administração através dos processos de monitoramento e análise de risco.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações do Comitê da Basileia. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e de Subscrição é centralizada no Itaú Unibanco visando a assegurar que os riscos do conglomerado estão sendo administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Cumpra a essa estrutura acompanhar as demandas regulatórias feitas à instituição líder do conglomerado. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site de www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos – Circular 3.477.

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado realizado abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas. Neste sentido, a política de gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN), constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado

Notas Explicativas

das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

O processo de gerenciamento de risco começa com a determinação dos limites, que são aprovados pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão.

Além do reporte do consumo dos limites estabelecidos, também são reportados a estas comissões as demais medidas de controle de risco de mercado.

O Itaú Unibanco utiliza limites de riscos caracterizados como limites superiores ou limites internos. Os limites superiores são definidos pela CSRisc e CSTI e são monitorados pela área de controle de risco de mercado e reportados às comissões superiores. Os limites internos são definidos pelas comissões das unidades de controle e monitorados pelas respectivas áreas de controle de risco locais; entretanto, estão sujeitos ao cumprimento de limites superiores. Ambos os limites são monitorados diariamente.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis. É a medida de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não-negociação (banking).

Adicionalmente às medidas de risco acima, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (gaps): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais; e
- Perda Máxima (Stop Loss): prejuízo máximo que um portfólio classificado na carteira de negociação pode atingir.

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Itaú Unibanco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito.

A gestão do risco de crédito objetiva maximizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco de cada negócio.

Notas Explicativas

Para proteger a instituição contra perdas decorrentes de operações de crédito, considera-se todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

III- Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Exclui-se desta definição o risco estratégico e o de reputação.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Itaú Unibanco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, aprovada pelo seu Conselho de Administração, e aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. Uma versão resumida da política pode ser acessada no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco Operacional.

IV- Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda nacional ou estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas, bem como a estratégia e os planos de contingência para situações de crise. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

V- Risco de Subscrição

O risco de subscrição é o risco oriundo de uma situação econômica adversa que contraria tanto as expectativas da sociedade seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

O controle centralizado do risco de subscrição é realizado pela área de controle de riscos segregada das unidades de negócios e da auditoria interna. É responsabilidade desta área, desenvolver modelos internos de mensuração de risco de subscrição, bem como gerar condições para validação e controle desses modelos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores
Investimentos Bemge S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investimentos Bemge S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410- Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE - 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Não se aplica.